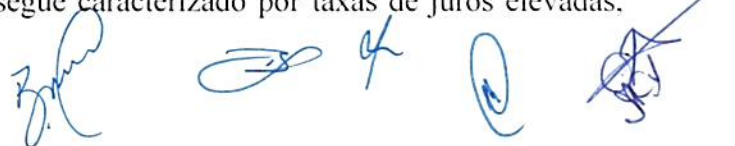


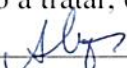
ATA DA 170ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de 2026, às 10h10min, reuniu-se o Conselho de Administração do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Belo Horizonte, conforme convocação feita pelo Presidente Bruno Leonardo Passeli. Estiveram presentes, além do presidente, os seguintes conselheiros: Afonso Nunes da Cruz Neto, Duander Vinicius Gomes Rezende Franco, Breno Seroa da Motta, Roberta Hygino Roletti Zimmer, André de Freitas Martins, Eymard Bento Júnior, Alex Sander Ribas de Souza, Ilda Aparecida de Carvalho Alexandrino e Sandra Maria Coelho. Também participaram o Subsecretário de Gestão Previdenciária da Saúde do Segurado, Gleison Pereira de Souza, Rodrigo André de Almeida, responsável pela Assessoria de Investimentos e Estudos Atuariais, e as servidoras Suely de Campos e Amanda Vieira. Participaram ainda os representantes do Banco Itaú Mauro Lúcio Alcântara do Carmo e Márcio Cantos. O Presidente deu início à reunião cumprimentando os presentes e informando a pauta do dia, a saber: 1) Aprovação da ata da reunião anterior; 2) Macroeconomia e Mercado Financeiro; 3) Relatório Mensal de Investimentos referente ao mês de maio de 2026; e 4) Informes. Dando início aos trabalhos, o Presidente submeteu a ata da 169ª Reunião Ordinária à apreciação dos conselheiros. Não havendo manifestações quanto ao seu conteúdo, a ata foi aprovada por unanimidade e assinada pelos presentes. Na sequência, passou a palavra para o Subsecretário Gleison que, após cumprimentar a todos, apresentou o representante do Banco Itaú, Márcio Cantos, responsável pelo segundo ponto de pauta, 'Macroeconomia e Mercado Financeiro'. A apresentação contemplou os principais acontecimentos econômicos e geopolíticos observados no cenário internacional e seus reflexos sobre os mercados financeiros. Este, inicialmente, destacou que o ambiente econômico global permaneceu marcado por elevado grau de incerteza, influenciado principalmente pelo agravamento das tensões geopolíticas no Oriente Médio, em especial pelo conflito envolvendo Israel e Irã, bem como pelos desdobramentos das políticas comerciais adotadas pelos Estados Unidos. Ressaltou-se que tais fatores provocaram aumento da volatilidade dos mercados internacionais, ainda que os impactos econômicos tenham permanecido relativamente contidos diante da rápida atuação diplomática e da expectativa de continuidade do fornecimento mundial de petróleo. Em relação à economia norte-americana, Márcio informou que a atividade econômica continuou demonstrando resiliência, sustentada pelo mercado de trabalho aquecido e pelo nível ainda elevado do consumo das famílias. Entretanto, observou-se uma desaceleração gradual do crescimento, acompanhada por expectativas de redução da inflação ao longo dos próximos trimestres. Nesse contexto, foi ressaltado que o Federal Reserve mantém postura cautelosa quanto ao início do ciclo de redução das taxas de juros, condicionando eventuais cortes à consolidação do processo de desinflação e à estabilidade dos indicadores de atividade econômica. Quanto à economia chinesa, Márcio registrou a continuidade de um processo de recuperação moderada, ainda condicionado às dificuldades enfrentadas pelo setor imobiliário e à menor dinâmica do consumo interno. Segundo ele, apesar das medidas de estímulo implementadas pelo governo chinês, os indicadores econômicos permanecem apontando crescimento inferior ao observado em anos anteriores, cenário que continua produzindo reflexos sobre o comércio internacional e sobre os preços das commodities. No que se refere ao Brasil, Márcio destacou que o ambiente econômico segue caracterizado por taxas de juros elevadas.



inflação em trajetória de convergência para as metas estabelecidas e atividade econômica demonstrando relativa resiliência. Acrescentou que a política monetária permanece restritiva, diante da necessidade de assegurar a continuidade do processo de controle inflacionário, especialmente em razão das incertezas relacionadas ao cenário fiscal e às expectativas dos agentes econômicos. O palestrante também apresentou o panorama do mercado financeiro nacional, evidenciando que as taxas reais dos títulos públicos federais permanecem em níveis historicamente elevados, proporcionando oportunidades relevantes para investidores institucionais de longo prazo, especialmente regimes próprios de previdência social. Destacou-se que esse contexto continua favorecendo a estratégia de imunização da carteira adotada pelo RPPS-BH, baseada na aquisição de títulos públicos indexados à inflação com carregamento até o vencimento, reduzindo significativamente a exposição às oscilações de mercado e contribuindo para o cumprimento da meta atuarial de longo prazo. Concluídas as discussões relativas ao cenário macroeconômico, passou-se ao terceiro item da pauta, referente à apresentação do Relatório Mensal de Investimentos do RPPS-BH, relativo ao mês de maio de 2026, feita pelo Assessor de Investimentos e Estudos Atuariais, Rodrigo André de Almeida. Inicialmente, o Assessor destacou a evolução patrimonial do Fundo BHPrev, informando que, em 29 de maio de 2026, o patrimônio da carteira atingiu o montante de R\$ 4.762.328.598,71. Na oportunidade, foi apresentada a composição da carteira, evidenciando a predominância de investimentos em Títulos Públicos Federais, que totalizaram R\$ 4.191.123.294,97 em NTN-B, além de R\$ 113.520.549,84 em LTN e R\$ 37.529.448,67 em fundos de vértice, complementados por aplicações em renda fixa referenciada ao CDI, BDRs, fundos multimercados e Fundos de Investimento em Participações – FIPs. Rodrigo, na sequência, apresentou a composição da carteira de investimentos, destacando que os ativos se encontram distribuídos entre duas macroestratégias de alocação. A Carteira Estratégica é composta por investimentos estruturais de longo prazo, compatíveis com o perfil do passivo atuarial do Fundo, enquanto a Carteira Tática contempla aplicações de curto e médio prazo destinadas ao aproveitamento de oportunidades de mercado e à manutenção da liquidez necessária ao fluxo financeiro do regime. O Assessor ressaltou que a carteira permanece concentrada no segmento de renda fixa, composto por ativos de menor risco, mantendo, de forma complementar, investimentos em renda variável e ativos estruturados para promover a diversificação e potencializar a rentabilidade no longo prazo. Salientou, por fim, que a principal característica da carteira continua sendo a elevada concentração em Títulos Públicos Federais, especialmente NTN-B marcadas a vencimento. Demonstrou que a distribuição dos recursos permanece plenamente enquadrada nos limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025 e pela Política de Investimentos, observando-se a predominância das aplicações previstas no artigo 7º da referida Resolução, o que evidencia o perfil conservador da carteira. O Assessor esclareceu que os investimentos classificados no artigo 7º, inciso III, referem-se a títulos públicos adquiridos anteriormente à vigência da nova regulamentação, enquanto os recursos aplicados em FIPs permanecem no portfólio por terem sido contratados sob a legislação anterior, sendo permitida sua manutenção até o encerramento dos respectivos fundos. Em seguida, apresentou a distribuição da custódia dos ativos entre oito instituições financeiras e treze gestores distintos. Na exposição dos resultados, informou que a Política de Investimentos para 2026 estabeleceu como meta de rentabilidade o IPCA acrescido de 5,90% ao ano, apresentando aos conselheiros os gráficos de rentabilidade consolidada, rentabilidade nominal e real, desempenho por segmento de investimento e distribuição dos ganhos financeiros no período. Rodrigo salientou que, durante o mês de maio, os principais

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including "Zip", "P.", "CKD", and others.]

destaques positivos foram os investimentos atrelados ao índice S&P 500, impulsionados pelo desempenho das empresas de tecnologia e pelo avanço das negociações de paz envolvendo Estados Unidos e Irã. Em razão desse cenário, a carteira de BDRs registrou valorização de 8,77% no mês, beneficiada também pela alta de 1,37% do dólar, enquanto os fundos multimercados referenciados no S&P 500 apresentaram rentabilidade de 5,88%. Informou, ainda, que as NTN-B registraram valorização de 1,06%, reforçando os resultados da estratégia de imunização da carteira, ao passo que os FIPs apresentaram desempenho negativo, considerado compatível com o atual estágio de maturação desses investimentos, característico da denominada "curva J". Informou que o RPPS-BH possui compromisso total de R\$ 150.000.000,00 em FIPs, dos quais R\$ 69.620.614,67 já haviam sido integralizados até o encerramento do mês de maio, correspondendo a 46,41% do capital comprometido. Acrescentou que foram efetuadas chamadas de capital no valor de R\$ 270.738,48 para o fundo Pátria Infraestrutura V Advisory FIP Multiestratégia e de R\$ 1.320.000,00 para o fundo XP Infra V Feeder II FIP, ambas utilizando recursos previamente provisionados no fundo Bradesco FIF Referenciado DI Premium. Informou, ainda, a aquisição de NTN-B com vencimento em 2055, marcadas a vencimento, no montante de R\$ 47.199.570,35, à taxa real de 7,3300% ao ano, utilizando recursos provenientes das contribuições previdenciárias do mês de abril e saldos remanescentes de aquisições anteriores. Por fim, Rodrigo apresentou o parecer do Comitê de Investimentos, emitido na reunião realizada em 22 de junho de 2026. O Comitê registrou que a rentabilidade consolidada da carteira no mês alcançou 1,15%, superando a meta projetada de 1,05% para o período, destacando o desempenho dos fundos de BDRs, dos fundos multimercados e das NTN-B. Em relação às deliberações para o mês de junho, o Comitê informou ter decidido pela continuidade da estratégia de imunização da carteira mediante aquisição de Títulos Públicos Federais NTN-B com vencimento em 2055, considerando a disponibilidade de aproximadamente R\$ 45 milhões provenientes das contribuições previdenciárias, a necessidade de liquidez compatível com o fluxo atuarial, as taxas reais superiores à meta atuarial e a reduzida exposição ao risco proporcionada por essa estratégia. Encerrada a apresentação e esclarecidas as dúvidas, os conselheiros aprovaram o relatório de investimento referente ao mês de maio de 2026. Ato contínuo, o Subsecretário Gleison passou para os informes e, em relação a estes, Rodrigo propôs a ocorrência de reunião prévia, virtual, no dia 07/07 às 14:30 para tratar do Relatório - Avaliação Atuarial Anual 2026 e reunião extraordinária para o dia 10/07/2026, às 11h para deliberar sobre o citado relatório atuarial. Os conselheiros concordaram com a proposição, ficando, desse modo, as referidas reuniões agendadas. Em seguida, Gleison comunicou que a próxima reunião ordinária do Conselho de Administração ocorrerá no dia 30 de julho de 2026, às 10h. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 11h40min. Eu,  (Suely de Campos), lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, deverá ser assinada pelos presentes.


Bruno Leonardo Passeli

Duander Vinicius Gomes Rezende Franco



Breno Seroa da Motta



Roberta Hygino Roletti Zimmer



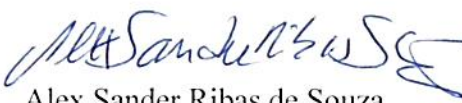
Afonso Nunes da Cruz Neto



André de Freitas Martins



Eymard Bento Júnior



Alex Sander Ribas de Souza



Ilda Aparecida de Carvalho Alexandrino



Sandra Maria Coelho